

Fiesp defende o alongamento da dívida pública

8-9-91

SÃO PAULO — Diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) manifestaram-se ontem favoráveis ao alongamento da dívida pública do Governo, como forma de viabilizar a retomada do crescimento. O secretário-geral da entidade, Roberto Nicolau Jeha, destacou que os títulos federais pagam atualmente juros reais de 3% a 4% ao mês, indexando toda a economia nesse patamar e inviabilizando a tomada de empréstimos das indústrias junto aos bancos. O alongamento compulsório dos papéis federais foi cogitado pelo Governo no final de 1992. Jeha defende que ele seja feito de maneira negociada.

— Não queremos calote, mas o país poderia voltar a crescer se houvesse um alongamento negociado dos papéis — explicou Jeha.

Os bancos seriam os principais prejudicados com o aumento do prazo de vencimento dos títulos públicos, já que possuem seus Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) lastreados nos papéis federais. Para o diretor do departamento de economia da Fiesp, Aldo Lorenzetti, as condi-



Lorenzetti: pela indexação do CDB

ções essenciais para esse alongamento seriam a indexação dos papéis ao dólar e sua vinculação às reservas cambiais do Tesouro Nacional. Ele defendeu ainda a antecipação da reforma fiscal e tributária prevista para setembro, a fim de que sejam reestudados o destino da receita do Governo.